

Relatoria Andanças do Patrimônio

Cidade: Nacional

Data: 30/09/2025

Local da realização da atividade: Virtual

Relator (es): Carolina Di Lello e Alexandre Cavalcanti

Observação: após a conclusão da escuta, encaminhar a relatoria para:

snpc@iphan.gov.br

| Eixo 1 - Tecendo redes e fortalecendo territórios: a institucionalização do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural a partir da gestão participativa e compartilhada | |
|--|---|
| Desafios | Oportunidades |
| Ilha de Itaparica possui 120 terreiros segundo levantamento contratado para avaliação de impacto ambiental da construção da ponte Salvador Itaparica. A política não atua na prática. Já existe um conjunto vasto de legislação que protege o povo de terreiro, mas na prática não gera efetiva proteção | Compromisso real do governo federal para garantir o direito de ser ouvido respeitado nos empreendimentos que impactam práticas e territórios tradicionais. |
| não consultam povos tradicionais sobre nada e passam por cima. | Órgãos licenciadores municipais, estaduais e federais (ambientais, IPAC) não devem autorizar licença de instalação se não houver aprovação das comunidades tradicionais impactadas. |
| | Cadastramento e autorreconhecimento das casas de povos de terreiros. |
| Os terreiros não tombados são excluídos | Política pública específica para terreiros em territórios ameaçados. Plano de salvaguarda dos terreiros em territórios ameaçados. |
| Falta de capacitação do corpo técnico para instruir processos de reconhecimento e salvaguarda | Capacitação técnica e normativa que reverbere nos estados para difundir como referência |
| | Elaboração de capacitação e normativa para preservação de terreiros planejado em conjunto aos estados e municípios |
| Falta de vontade política para preservar terreiros | Estabelecimento de metas e instituição de um programa de preservação de terreiros |

| | |
|--|--|
| | Reconhecer os terreiros como sujeitos ativos na formulação e execução das políticas públicas. |
| Fiscalização não é dialógica | O processo dialógico e concordância é premissa para o tombamento de comunidade tradicional |
| Terreiros não tombados são invisibilizados | Os Terreiros que são oriundos de Territórios em ameaça de sua existência, eles precisam fazerem parte de um registro como patrimônio imaterial nos âmbitos municipal e estadual, mesmo sem tombamento físico. Isso deve estar no plano enquanto estratégia de políticas específicas de salvaguardar as memórias. |
| Ausência de entendimento conceito de Ulpiano Bezerra de paisagem como fator cultural | Reconhecimento como territórios de matriz africana: Fortalecer a noção de território sagrado e cultural, não apenas edificação |
| Dificuldade de acesso aos ao direito e ao recurso | Adequar os instrumentos para respeitar a forma de construir e transmitir a forma de existir dos terreiros. Sensibilizar a tradição oral na instrução dos processos |
| O estado possui uma prática que não compreende a realidade das comunidades tradicionais que é patrimônio vivo. Implica em uma gestão que envolve outra cosmovisão. | Ampliar espaços de representatividade, comitê gestores territoriais. Comitê em diálogo entre união, estados e municípios. |
| Órgãos de patrimônio não oferecem suporte para as comunidades tradicionais atenderem à burocracia do estado | É preciso haver uma mudança epistêmica dos processos de patrimonialização |
| Falta de representatividade para falar pelos grupos sociais interessados | Normatização para participação efetiva, deliberativa na gestão do patrimônio |
| Falta de recursos | Instrumento de legitimação das representações nas instâncias de participação |
| Diálogos difíceis entre comunidades e estado mesmo para terreiros tombados | |

| | |
|--|--|
| conflitos de interesse do estado em relação aos povos e comunidades tradicionais principalmente dos povos de terreiros | |
| Reconhecimento de alguns terreiros não podem servir para legitimar outros terreiros no processo de desenvolvimento que prioriza uns e não a existência de todos. | Criação de planos intersetoriais, que envolvam cultura, meio ambiente, saúde e educação, pois a preservação do patrimônio dos terreiros não se separa da vida comunitária nem da natureza que os sustenta. |
| A política não alcança a preservação dos terreiros, mesmo os tombados | Priorização da preservação dos territórios dos povos e comunidades tradicionais nos processos de desenvolvimento econômico nacional |
| Criação de novos mecanismos, enquanto os instrumentos já existentes não funcionam | Política específica de reconhecimento e proteção das memórias e territórios dos povos de terreiros |
| Entraves para se tomar territórios em perigo | Reconhecer a complexidade da matriz cultural brasileira, que não somos uma identidade única, mas diversa, e cada uma com sua própria cosmovisão, organização social, governança e etc. |
| | Produção de conhecimento e visibilidade: • Construção de Mapas Afetivos e Cartografias Culturais: Que evidenciem a presença dos terreiros em territórios em processo de desenvolvimento territorial |
| | Que o cadastro de terreiros seja considerado no SAIP para sua proteção no processo de licenciamento |
| | Retomada do grupo de trabalho do Iphan para proteção dos terreiros |
| | Criar um processo de certificação dos terreiros, capitaneado pelo MIR |
| | Ampliar os canais de participação da sociedade civil |

| | |
|---|--|
| | - Fóruns permanentes de diálogo entre povos de terreiro e órgãos públicos em todas as esferas. |
| Descontinuidade da política públicas em razão das mudanças de governo | |
| | Ampliar a proteção dos terreiros como patrimônio imaterial |
| | Criar marcos legais que reconheça os terreiros como espaços de memória, cultura e espiritualidade |
| | Formar lideranças ded terreiro que atuem na política pública de patrimônio |
| | |
| Eixo 2 - Patrimônio Cultural para e pelo povo: representatividade, acessibilidade, equidade e democratização | |
| Desafios | Oportunidades |
| | Discutir novas concepções de patrimônio que fujam, inclusive, desta dicotomia material x imaterial. Isso abarca tanto os patrimônios de terreiros, mas também de outras comunidades tradicionais, como frente e fecho de pasto, marisqueiras, geraizeiras, povos originários e etc |
| | - Educação e conscientização em escolas e comunidades, valorizando a história e a contribuição dos povos de terreiro. |
| | - Centros de memória e pesquisa comunitária: espaços geridos pelos próprios terreiros para registrar, salvaguardar e difundir seus saberes. |
| | Aproximação dos terreiros com o MIR. |
| | Cadastro municipal e estadual de povos de terreiros para dar acesso à alguma forma de proteção |
| Superar o racismo religioso institucional, que impede o acesso às políticas de patrimônio | |

| | |
|--|---|
| Falta de critérios que considere território e espiritualidade no processo de acautelamento | |
| | Marcos legais que reconheça os terreiros como espaços de memória, cultura e espiritualidade para além do não tombado |
| | Formar lideranças para atuação em política pública de patrimônio cultural |
| | É preciso criar mecanismos que incentivem a presença e a escuta dos jovens nos espaços de decisão, nos conselhos de cultura e nos fóruns de diálogo. Mais do que espectadores, eles devem ser reconhecidos como agentes de salvaguarda, capazes de unir o conhecimento ancestral com ferramentas contemporâneas – seja na educação, na tecnologia ou nas lutas sociais. Sem a juventude, não há transmissão de saberes, não há continuidade da memória, não há futuro para o patrimônio. |
| | Titulação dos terreiros |
| | |

Eixo 3 - Fazendo a roda do patrimônio girar: Fomento, Economia do Patrimônio, Trabalho, Renda e Sustentabilidade

| Desafios | Oportunidades |
|--|---|
| Falta de recurso e estruturas para preservação do patrimônio de povos de terreiros | - Linhas de financiamento específicas para projetos de preservação e salvaguarda, incluindo sustentabilidade ambiental. |
| Política de fomento que promove a concorrência entre terreiros | Criar instrumentos de fomento que levem o recurso diretamente aos terreiros |
| Falta de visibilidade para terreiros não tombados nos editais | Edital de fomento estadual ou municipal para grupos culturais tradicionais cadastrados |
| como dinheiro no terreiro pode ser pensado e implantando várias ações de geração de renda para as pessoas de povos de terreiros? | |

| | |
|--|--|
| | editais com linguagens simplificadas e desburocratizadas |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| Eixo 4 - Patrimônio Cultural: caminhos para a promoção do desenvolvimento sustentável e para a proteção e a adaptação frente à emergência climática | |
| Desafios | Oportunidades |
| | - Proteção territorial e ambiental: criação de áreas de proteção para nascentes, árvores e folhas sagradas, além de apoio ao manejo sustentável. |
| Como os saberes relacionados à natureza dos povos de terreiros podem ser incorporados na estratégia de combate à emergência climática? | |
| Ausência de consulta prévia, livre e informada sobre empreendimentos que impactarão nossas formas de vida, cultura e religiosidade. | |
| | Levantamento dos terreiros sob ameaças, verificação de entraves burocráticos ao tombamento, ainda que provisório, como forma de salvaguardar os territórios. |
| Racismo ambiental e religioso | |
| Falta discussão no campo do patrimônio sobre a relação da preservação dos bens e a emergência climática | |

| | |
|--|---|
| | Incorporar o letramento climático no processo de preservação/salvaguarda dos bens |
| Falta de proteção ambiental dos espaços sagrados | |
| | as mudanças climáticas exigem com urgência a titularidades e doação de territórios terras para o povo de terreiro |
| | titularidades e doação de territórios terras para o povo de terreiro |
| | |